

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### 1.3 ÁREA REQUISITANTE

1.3.1. Secretaria municipal de Saúde.

### 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

**2.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO E PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI-CE.**

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Prefeitura Municipal de Santana do Cariri/CE, por intermédio da Secretaria de Saúde, reconhecendo a importância vital da eficiência operacional na execução de suas atividades, identifica a necessidade premente da aquisição do objeto em epígrafe. Essa demanda emerge da necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços odontológicos ofertados à população no âmbito da rede pública municipal de saúde, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Os materiais odontológicos de consumo, são indispensáveis para a realização de procedimentos clínicos diários, incluindo atendimentos preventivos, restauradores e de urgência.

Da mesma forma, os materiais permanentes são necessários para assegurar a adequada estrutura e funcionamento dos consultórios odontológicos, contribuindo para

a melhoria das condições de trabalho dos profissionais e para a prestação de serviços mais eficientes, seguros e humanizados à população.

Além disso, os materiais odontológicos de consumo possuem natureza continuada, uma vez que são utilizados rotineiramente na prestação dos serviços odontológicos e apresentam desgaste ou esgotamento conforme sua utilização diária. Dessa forma, sua reposição periódica é imprescindível para garantir a continuidade dos atendimentos e evitar interrupções nos serviços prestados à população. Quanto aos materiais odontológicos permanentes, estes são necessários para assegurar a adequada estruturação e funcionamento dos consultórios odontológicos da rede municipal de saúde, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais e para a ampliação da capacidade de atendimento, bem como para a realização de procedimentos com maior eficiência, segurança e qualidade.

Ressalta-se que a ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a continuidade dos atendimentos, podendo ocasionar a suspensão de procedimentos, aumento da demanda reprimida e prejuízos à saúde bucal da população.

Dessa forma, a aquisição dos materiais odontológicos de consumo e permanentes mostra-se necessária para garantir a manutenção e a continuidade das ações de saúde bucal no âmbito da atenção básica, assegurando a regularidade dos serviços ofertados à população do Município de Santana do Cariri – CE, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e atendimento ao interesse coletivo.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A descrição criteriosa dos requisitos da contratação constitui um pilar central no processo licitatório, garantindo a seleção de propostas que não somente atendam as necessidades imediatas da administração pública, mas que também estejam alinhadas as diretrizes de sustentabilidade, qualidade, e desempenho, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. A incorporação de práticas sustentáveis e o cumprimento das legislações aplicáveis asseguram um equilíbrio entre o atendimento das necessidades

correntes e a preservação de recursos para as gerações futuras, promovendo, assim, o desenvolvimento nacional sustentável.

4.2 Os requisitos aqui detalhados são delineados com o propósito de orientar a futura contratação, englobando aspectos gerais, legais, sustentáveis e específicos necessários para a adequada execução do objeto contratual.

**4.3 Requisitos de Qualidade e Conformidade:**

- a) Atender às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente as estabelecidas pela ANVISA e demais órgãos reguladores competentes.
- b) Possuir registro ou notificação na ANVISA, quando aplicável.
- c) Apresentar qualidade compatível com as práticas odontológicas, garantindo segurança, eficácia e durabilidade.
- d) Ser fornecidos em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas.

**4.4 Requisitos de Validade:**

- a) Apresentar data de fabricação, lote e validade visíveis na embalagem.

**4.5 Requisitos de Identificação:**

4.5.1 Todos os produtos deverão conter:

- a) Nome do produto;
- b) Marca e fabricante;
- c) Data de fabricação e validade (quando aplicável);

**4.6 Requisitos de Entrega**

- a) Os materiais deverão ser entregues conforme quantidades e especificações descritas no Termo de Referência.
- b) A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo estabelecido no edital ou contrato.
- c) O fornecedor deverá garantir o transporte adequado, evitando danos, contaminação ou comprometimento da qualidade dos produtos.

**4.7 Requisitos para Materiais Permanentes:**

- a) Ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento;
- b) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação;

#### 4.8 Requisitos de Sustentabilidade

- a) Atender a critérios de sustentabilidade ambiental, observando normas de fabricação e descarte adequados.
- b) Possuir embalagens recicláveis ou com menor impacto ambiental, quando disponíveis no mercado.

4.9 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.4 Da Subcontratação:

4.4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.5 Justificativa quanto a garantia da proposta (se for o caso):

4.5.1 A exigência de garantia da proposta, como caução em dinheiro, seguro—garantia ou fiança bancária, oferece uma proteção adicional para a administração pública contra riscos de inadimplemento, não conformidade com as especificações contratuais, e eventuais danos.

4.5.2 A exigência de uma garantia da proposta assegura que os licitantes apresentem propostas sérias e viáveis, comprometendo-se formalmente com a execução do contrato caso sejam vencedores.

4.5.3 A garantia da proposta desestimula a participação dos licitantes que possam apresentar propostas irresponsáveis ou inexequíveis, promovendo um ambiente de concorrência saudável e justa.

4.5.4 A garantia da proposta protege a administração pública contra desistências intempestivas dos licitantes vencedores, evitando atrasos e prejuízos decorrentes da necessidade da realização de novos procedimentos licitatórios.

4.5.5 Em case de desistência injustificada, a administração pública pode reter a garantia da proposta como forma de compensar os custos administrativos e operacionais gerados pela situação.

4.6 Entende-se como requisitos de contratação todas as exigências as quais serão necessárias em todas as fases do procedimento. Para julgamento (habilitação) quando do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

a) Requisitos de habilitação para julgamento:

4.7. Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

4.8 Por fim, todos os requisitos definidos visam garantir que a contratação atenda de maneira integral e eficiente as demandas da Secretaria de Saúde, promovendo não apenas o atendimento das necessidades atuais, mas também projeções futuras, em consonância com os princípios de responsabilidade fiscal, ambiental e social. Assim, abstém-se de incluir especificações excessivamente restritivas que possam limitar a competitividade, assegurando um processo licitatório inclusivo e benéfico para todas as partes interessadas.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

5.1 Na busca por soluções adequadas para a Aquisição de material odontológico de consumo e permanente, foram considerados vários modelos de contratação entre fornecedores e órgãos públicos, incluindo:

5.2 **Solução nº 01:** Contratação de empresa especializada, através de processo licitatório na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, possibilitando negociações dedicadas a atender as especificidades dos insumos requeridos.

5.3 **Solução nº 02:** Formas alternativas de contratação, como a realização de parcerias público- privadas (PPP) ou consórcios entre diversos órgãos públicos para contratação conjunta, buscando otimizar custos e processos logísticos.

5.4 **A Solução nº 01** mostra-se mais adequada ao caso concreto, haja vista que essa modalidade de licitação é favorecida por permitir uma seleção mais ampla e competitiva entre os fornecedores, garantindo a administração pública condições mais vantajosas e flexibilidade na contratação.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Considerando a necessidade identificada pela Secretaria municipal de Saúde de Santana do Cariri/Ce, para a Aquisição de material odontológico de consumo e permanente, realizou-se um estudo técnico preliminar amplo que contemplou as diversas soluções disponíveis no mercado. Este estudo foi fundamentado nos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, os quais orientam a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promovem a justiça nas competições e incentivam o desenvolvimento nacional sustentável (Art. 11).

6.2. Com base na análise de mercado detalhada, consideramos todas as alternativas disponíveis, em conformidade com o Art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021, que recomenda um levantamento de mercado como parte essencial do planejamento da contratação. A aquisição dos itens do objeto em questão foi avaliada sob critérios técnicos, econômicos, e de sustentabilidade, visando não só atender as necessidades imediatas das unidades gestoras envolvidas, mas também garantir alinhamento as políticas de desenvolvimento nacional sustentável.

6.3 A solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar – **Solução nº 01:** Contratação de empresa especializada, através de processo licitatório na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, possibilitando negociações dedicadas para atender as especificidades dos insumos requeridos, demonstrou ser a mais adequada existente no mercado para atender as demandas especificadas. Esta solução permite não apenas a adequação as necessidades operacionais e programáticas da Secretaria de Saúde, mas também



assegura economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos, conforme exigido pelo Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o qual destaca a economicidade entre os princípios norteadores das contratações públicas.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1 A descrição completa dos itens com as suas respectivas quantidades alocadas em cada lote segue na tabela abaixo:

LOTE 1 - MATERIAL CONSUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QNTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	AGULHA GENGIVAL 27G LONGA - CAIXA C/100	CAIXA	160		
2	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA -	CAIXA	160		
3	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA 30G	CAIXA	160		
4	ÁLCOOL 70% EM GEL - FRASCO C/ 1 LITRO	FRASCO	100		
5	ÁLCOOL 70% LIQUIDO - FRASCO C/ 1 LITRO	FRASCO	480		
6	ALGODÃO EM ROLETES - PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	6000		
7	ALGODÃO HIDRÓFILO DE 500 GRAMAS EM ROLO	ROLO	400		
8	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA - PACOTE C/ 10	PACOTE	1000		
9	BABADOR DESCARTÁVEL - PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	600		
10	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10CM X 100M	UNIDADE	100		
11	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20CM X 100M	UNIDADE	200		
12	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 30CM X 100M	UNIDADE	200		
13	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO 9 FIOS 400GR	ROLO	300		
14	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILO 13 FIOS - PACOTE C 500 UNIDADES	PACOTE	800		
15	CREME DENTAL 50GR	UNIDADE	6000		
16	CREME DENTAL INFANTIL 50GR	UNIDADE	6000		
17	DETERGENTE ENZIMÁTICO - FRASCO C/1 LITRO	FRASCO	350		
18	GORRO DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO EM NÃO TECIDO GRAMATURA 40GR/M2 DIÂMETRO DE 45 CM - CAIXA C 10 UNIDADES	CAIXA	2500		
19	LÂMINA P/ BISTURI Nº 12 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	50		
20	LÂMINA P/ BISTURI Nº 15C - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	100		
21	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 6.5	PAR	350		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



22	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,0	PAR	500		
23	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,5	PAR	500		
24	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,0	PAR	200		
25	LUVA PARA PROCEDIMENTO G - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	150		
26	LUVA PARA PROCEDIMENTO M - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	800		
27	LUVA PARA PROCEDIMENTO P - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	700		
28	LUVA PARA PROCEDIMENTO PP- CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	250		
29	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL 3 CAMADAS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	700		
30	MÁSCARA Nº 95	UNIDADE	400		
31	PAPEL TOALHA INTERFOLIADO FOLHA SIMPLES COM 250 FOLHAS	PACOTE	2500		
32	RECIPIENTE COLETOR DESCARTÁVEL PARA PERFUROCORTANTES DE 07 LITROS EM PAPELÃO	UNIDADE	400		
33	RECIPIENTE COLETOR DESCARTÁVEL PARA PERFUROCORTANTES DE 13 LITROS EM PAPELÃO	UNIDADE	400		
34	SABONETE LÍQUIDO COM GLICERINA - FRASCO COM 1 LITRO	FRASCO	150		
35	SERINGA HIPODÉRMICA ESTÉRIL 10 ML	UNIDADE	400		
36	SERINGA HIPODÉRMICA ESTÉRIL 20 ML - CAIXA COM 50	CAIXA	40		
<b>Valor global estimado do lote R\$ _____ (_____)</b>					
<b>LOTE 2 - CONSUMO ODONTOLÓGICO</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QNTD</b>	<b>V. UNIT.</b>	<b>V. TOTAL</b>
37	ABRIDOR DE BOCA ADULTO	UNIDADE	15		
38	ADESIVO MONOCOMPONENTE ODONTOLÓGICO UNIVERSAL - FRASCO COM 4ML	FRASCO	200		
39	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX ADULTO	UNIDADE	16		
40	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX INFANTIL	UNIDADE	45		
41	AGENTE DE UNIÃO SILANO - EMBALAGEM COM 5ML	UNIDADE	100		
42	ALGINATO HYDROGUM 5 TIPO - PACOTE COM 453G	PACOTE	300		
43	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA A 2% COM EPINEFRINA (1.100.000) CAIXA C/50 UNIDADE	CAIXA	300		
44	ANESTÉSICO TÓPICO C/ 12G A BASE DE BENZOCAÍNA EM GEL	UNIDADE	300		
45	APLICADOR MICROBRUSH - CAIXA C/100 UNIDADE	CAIXA	250		
46	ARCO AÇO CRNI RETANGULAR 17/25 SUPERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	50		





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



47	ARCO AÇO REDONDO 14 INFERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
48	ARCO AÇO REDONDO 16 INFERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
49	ARCO FLEXY NITI 12 INFERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
50	ARCO FLEXY NITI 12 SUPERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
51	ARCO FLEXY NITI 14 INFERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
52	ARCO FLEXY NITI 14 SUPERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
53	ARCO FLEXY NITI 16 SUPERIOR (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	30		
54	ARTICÁINA 4% COM EPINEFRINA (1.100.00) - CAIXA C/50 UNIDADE (COM VASO)	CAIXA	80		
55	BANDA MOLAR UNIVERSAL KIT (C/ 260 UNIDADES)	KIT	10		
56	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ (ULTRA FINO) - FRASCO 100G	FRASCO	100		
57	BOTÃO LINGUAL COLA (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	10		
58	BRÁQUETE ROTH 22 KIT ( C/ 1 CASO)	KIT	900		
59	BROCA 1012	UNIDADE	500		
60	BROCA 1012 HL	UNIDADE	500		
61	BROCA 1013	UNIDADE	200		
62	BROCA 1013 HL	UNIDADE	100		
63	BROCA 1014	UNIDADE	500		
64	BROCA 1014 HL LP	UNIDADE	500		
65	BROCA 1016 HL	UNIDADE	500		
66	BROCA 2082	UNIDADE	200		
67	BROCA 2135 FF	UNIDADE	500		
68	BROCA 2200	UNIDADE	500		
69	BROCA 3118 FF	UNIDADE	500		
70	BROCA 3216 KG	UNIDADE	200		
71	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO N ° 2	UNIDADE	250		
72	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO N ° 4	UNIDADE	200		
73	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO N ° 6	UNIDADE	200		
74	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO N ° 7	UNIDADE	250		
75	BROCA CARBIDE CA 3	UNIDADE	200		
76	BROCA CARBIDE CA 5	UNIDADE	200		
77	BROCA CARBIDE CA 8	UNIDADE	200		
78	BROCA CARBIDE FG 9214 FF 30 LÂMINAS	UNIDADE	50		
79	BROCA CIRÚRGICA ZEKRYA FG COM HASTE LONGA 21MM	UNIDADE	200		
80	BROCA ENDO Z FG 25MM	UNIDADE	50		
81	CERA 7 - LÂMINA - CAIXA C 18 UNIDADES	CAIXA	100		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



82	CERA DE UTILIDADE (CERA ROSA) - CAIXA C 05 LÂMINAS	CAIXA	100		
83	CIMENTO ENDODÔNTICO REPARADOR MTA 12 GR.	UNIDADE	15		
84	CIMENTO ENDOFILL PÓ E LÍQUIDO 12G + 10ML	UNIDADE	100		
85	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, EMBALAGEM COM 13G DE BASE + 11G DE CATALISADOR.	UNIDADE	100		
86	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO FORRADOR PÓ 10 GR + LÍQUIDO 8 ML.	UNIDADE	100		
87	CIMENTO RESINOSO DUAL, CONTENDO 1 SERINGA DE CORPO DUPLO (BASE 2,5G + CATALISADOR 2,5G) E 5 PONTEIRAS.	KIT	100		
88	CLIP LABIAL FINEPEX/SENSORY	UNIDADE	40		
89	CONDICIONADOR ÁCIDO FOSFÓRICO GEL A 37% - PACOTE COM 3 SERINGAS	PACOTE	300		
90	CONE DE GUTA PERCHA 1ª SÉRIE - CAIXA C/ 120 UNIDADES	CAIXA	100		
91	CONE DE GUTA PERCHA 2ª SÉRIE - CAIXA C/ 120 UNIDADES	CAIXA	100		
92	CONE DE GUTA PERCHA ACESSÓRIOS F - CAIXA/ C120 UNIDADES	CAIXA	100		
93	CONE DE GUTA PERCHA ACESSÓRIOS FM - CAIXA/ C120 UNIDADES	CAIXA	100		
94	CONE DE GUTA PERCHA ACESSÓRIOS M - CAIXA/ C120 UNIDADES	CAIXA	300		
95	COROA DE ACETATO DENTIÇÃO DECÍDUA ANTERIOR E POSTERIOR - CAIXA COM 64 UNIDADES	CAIXA	50		
96	CUNHA DE MADEIRA - CAIXA C/100	CAIXA	100		
97	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO ANTISSEPTICA - FRASCO C/ 1 LITRO	FRASCO	200		
98	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA GEL 2% - PACOTE C/ 2 SERINGAS DE 3 GM	PACOTE	200		
99	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12% (SOLUÇÃO PARA BOCHECHO) - FRASCO COM 1 LITRO	FRASCO	300		
100	EDTA LÍQUIDO 20 ML.	FRASCO	300		
101	ELÁSTICO BENGALINHA COLORIDO PACOTE COM 1000 UNIDADES	PACOTE	100		
102	ELÁSTICO CORRENTE CURTO COLORIDO COM 1,5M	UNIDADE	50		
103	ELÁSTICO CORRENTE MÉDIO COLORIDO COM 1,5M.	UNIDADE	50		
104	ENDO - ICE SPRAY 200ML	UNIDADE	20		
105	ESCOVA DE ROBINSON	UNIDADE	200		
106	ESCOVA DENTAL ADULTO	UNIDADE	6000		
107	ESCOVA DENTAL INFANTIL	UNIDADE	8000		
108	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM - CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA	15		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



109	ESPONJA HEMOSTÁTICA - CAIXA C/ 10 UNIDADES	CAIXA	100		
110	EVIDENCIADOR DE PLACA - FRASCO COM 10ML	FRASCO	80		
111	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL ADULTO - CAIXA C/ 150	CAIXA	300		
112	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL INFANTIL - CAIXA C/100	CAIXA	300		
113	FILTRO PARA DESTILADORA	UNIDADE	60		
114	FIO AÇO CRNI AMARRILHO REDONDO 025" - COM 50G	ROLO	10		
115	FIO AÇO CRNI AMARRILHO REDONDO 030" - COM 50G.	ROLO	6		
116	FIO AÇO CRNI DURO ELASTICO 0,6MM - COM 50 G.	ROLO	6		
117	FIO AÇO CRNI DURO ELASTICO 0,8MM - COM 50 G	ROLO	6		
118	FIO AÇO CRNI DURO ELASTICO 0,9MM - COM 50 G	ROLO	6		
119	FIO AÇO CRNI VARETA 17 X 25 (0,43MM X 0,63MM), EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	EMBALAGEM	20		
120	FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL CATGUT 3/0 MM - AG 1/2 - CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200		
121	FIO DE SUTURA AGULHADO SEDA 3.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	250		
122	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	400		
123	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	200		
124	FIO DE SUTURA SEDA 4.0 - CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	400		
125	FIO DENTAL 25M.	UNIDADE	6000		
126	FIO DENTAL 500MT	UNIDADE	200		
127	FIO RETRATOR Nº 00	UNIDADE	20		
128	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19 MM X 50M	UNIDADE	100		
129	FITA MATRIZ 5MM - METÁLICA	UNIDADE	200		
130	FITA MATRIZ 7MM - METÁLICA	UNIDADE	200		
131	FITA PARA AUTOCLAVE ROLO 19MM X 30 METROS	UNIDADE	200		
132	FIXADOR RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO - FRASCO COM 475ML	FRASCO	60		
133	FLÚOR GEL ACIDULADO 200ML A 1,23%	FRASCO	500		
134	FLÚOR GEL NEUTRO - FRASCO COM 200ML A 2%	FRASCO	500		
135	FORMOCRESOL - FRASCO COM 10 ML	FRASCO	100		
136	GESSO PEDRA TIPO IV - PACOTE COM 1KG	PACOTE	100		
137	GESSO ROSA TIPO IV - PACOTE COM 1 KG	PACOTE	100		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



138	GLUTARALDEÍDO 1.000ML	UNIDADE	60		
139	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% S/ VASOCONSTRITOR	CAIXA	20		
140	HEMOSTOP - SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA PARA USO ODONTOLÓGICO - FRASCO COM 10ML	FRASCO	50		
141	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P. A 10G (MEDICAÇÃO INTRACANAL)	UNIDADE	50		
142	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO DE MILTON FRASCO COM 1 LITRO	FRASCO	50		
143	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%, SODA CLORADATA - FRASCO COM 1L.	FRASCO	100		
144	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR A3 (EMBALAGEM COM 10 GRAMAS DE PÓ + 8ML DE LÍQUIDO)	KIT	200		
145	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR A2 (EMBALAGEM COM 10 GRAMAS DE PÓ + 8ML DE LÍQUIDO)	KIT	200		
146	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR RIVA A2 EMBALAGEM C/ 50 CÁPSULAS	EMBALAGEM	100		
147	PONTA PARA ULTRASSONOGRAFIA (COMPATÍVEL COM APARELHO DA MARCA SAEVO)	UNIDADE	20		
148	KIT ACABAMENTO E POLIMENTO DE PRÓTESE DENTÁRIA (UNIVERSAL)	KIT	6		
149	KIT ADESIVO ORTODONTICO	KIT	20		
150	KIT DE HIGIENE ORAL ADULTO (KIT COMPOSTO POR CREME DENTAL DE 70G, ESCOVA DENTAL E FIO DENTAL DE 25M).	KIT	1000		
151	KIT DE HIGIENE ORAL INFANTIL (KIT COMPOSTO POR CREME DENTAL INFANTIL DE 70G, ESCOVA DENTAL INFANTIL E FIO DENTAL DE 25M).	KIT	8000		
152	KIT PARA POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES EM RESINA COMPOSTA.	KIT	10		
153	KIT RESTAURADOR PROVISÓRIO IRM PÓ 38G E LÍQUIDO 15ML	KIT	80		
154	LAMPARINA DE ALUMÍNIO A ÁLCOOL 100 ML.	UNIDADE	5		
155	LENÇOL DE BORRACHA EXTRA RESISTENTE, PARA USO PROFISSIONAL, CAIXA COM 26 UNIDADES.	CAIXA	300		
156	LIMA ENDODONTICA 1ª SÉRIE (TIPO K) Nº 15-40 / 25MM - CAIXA COM 6 UNIDADES	CAIXA	200		
157	LIMA ENDODONTICA 1ª SÉRIE (TIPO K) Nº 15-40 / 31MM - CAIXA COM 6 UNIDADES	CAIXA	200		
158	LIMA ENDODONTICA 2ª SÉRIE (LIMA K) Nº 45-80 / 25 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA	180		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



159	LIMA HEDSTROM 1ª SERIE Nº 15-40 / 25MM - CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA	80		
160	LIMA ROTATÓRIA 21 MM KIT 1º E 2º SÉRIE	KIT	200		
161	LIMA ROTATÓRIA 25 MM KIT 1º E 2º SÉRIE	KIT	200		
162	LIMAS AUTOMATIZADAS ROTATÓRIA PARA ENDODONTIA MK LIFE 25MM, - CAIXA COM 04 UNIDADES	CAIXA	300		
163	MEDICAÇÃO INTRACANAL 10 ML - SULFATO DE POLIMIXINA B 10 000 U1 SULFATO DE NEOMICINA 5 MG + HIDROCORTIZONA 10MG/ML	UNIDADE	100		
164	MOLA ABERTA NITI FLEXY	PACOTE	8		
165	MOLDEIRA DUPLA PARA FLÚOR MISTA - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	100		
166	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE	UNIDADE	80		
167	ÓLEO LUBRIFICANTE EM SPRAY PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO - 200ML	UNIDADE	80		
168	OXIDO DE ZINCO 50G	UNIDADE	80		
169	P.V.P.I DEGERMANTE -FRASCO COM 1 LITRO	FRASCO	100		
170	PAPEL CARBONO DUPLA FACE PARA ARTICULAÇÃO - BLOCO C/12	BLOCO	100		
171	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20 ML	UNIDADE	50		
172	PASTA PROFILÁTICA 90G	UNIDADE	50		
173	PASTA ZINCO ENÓLICA - PASTA BASE 60GM + PASTA CATALISADORA DE 60 GM	KIT	50		
174	PEDRA POMES EXTRAFINO PARA ODONTOLOGIA - EMBALAGEM COM 100G	UNIDADE	100		
175	PINO DE FIBRA DE VIDRO Nº 0,5 CAIXA COM 5 UNIDADES	CAIXA	100		
176	PONTA CAPILLARY TYPY - PONTA PARA ASPIRAÇÃO - 25MM - EMBALAGEM C/ 20 UND	CAIXA	200		
177	PONTA DE IRRIGAÇÃO ENDO EZE - CAIXA C/ 20 UNIDADES	CAIXA	300		
178	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 2º SÉRIE - CAIXA COM 120 UNIDADE	CAIXA	500		
179	PONTA PAPEL ABSORVENTE 1º SÉRIE - CAIXA COM 120 UNIDADE	CAIXA	500		
180	RÉGUA ENDODÔNTICA MILIMETRADA DE ALUMÍNIO	UNIDADE	30		
181	RESINA BULK FILL COR A2 - EMBALAGEM COM 1 SERINGA COM 4G.	UNIDADE	200		
182	RESINA FLOW COR A2 - EMBALAGEM COM 1 SERINGA COM 2G, 1 PONTEIRA DE APLICAÇÃO	UNIDADE	200		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



183	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A1 BISNAGA - 4G	UNIDADE	30		
184	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A2 BISNAGA - 4G	UNIDADE	100		
185	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A3 BISNAGA - 4G	UNIDADE	100		
186	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA B2 BISNAGA - 4G	UNIDADE	80		
187	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A2 BISNAGA - 4G	UNIDADE	200		
188	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A3 BISNAGA - 4G	UNIDADE	250		
189	REVELADOR ODONTOLÓGICO - FRASCO COM 500ML	FRASCO	100		
190	SACA BROCA UNIVERSAL	UNIDADE	20		
191	SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL DE FÓSSULAS E FISSURAS, CONTENDO: 1 SERINGA COM 2G + 5 PONTEIRAS.	KIT	100		
192	SOLVENTE DE GUTA EUCALIPTOL - FRASCO COM 10 ML	UNIDADE	10		
193	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL - PACOTE C/ 40	PACOTE	800		
194	TAÇA DE BORRACHA	UNIDADE	100		
195	TIRA LIXA ABRASIVA EM AÇO 4MMX130MM - PACOTE COM 12 UNIDADES	PACOTE	350		
196	TIRAS DE POLIÉSTER 10X 120X 0,05MM - PACOTE C/50 UNIDADE	PACOTE	100		
197	TRICRESOL FORMALINA - 10 ML	UNIDADE	90		
198	TUBO DUPLO COLA ROTH 22 (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	20		
199	TUBO DUPLO SOLDA ROTH 22 (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	20		
200	TUBO SIMPLES ROTH 22 (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	250		
201	TUBO TRIPLO SOLDA ROTH 22 (C/ 10 UNIDADES)	EMBALAGEM	10		
202	VERNIZ CAVITÁRIO - 10 ML	UNIDADE	40		
Valor global estimado do lote R\$ ( )					
<b>LOTE 3 - MATERIAL PERMANENTE</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QNTD</b>	<b>V. UNIT.</b>	<b>V. TOTAL</b>
203	Afastador Minnesota	UNIDADE	100		
204	ALICATE ANGLE Nº139	UNIDADE	3		
205	ALICATE CORTE AMARRILHO	UNIDADE	6		
206	ALICATE CORTE DISTAL	UNIDADE	6		
207	APLICADOR RIVA	UNIDADE	10		
208	AUTOCLAVE 21 LITROS	UNIDADE	10		
209	Bandeja de Aço Inox MÉDIA 22,9x13x1cm.	UNIDADE	100		
210	CABO PARA BISTURI	UNIDADE	100		





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



211	CABO PARA ESPELHO ODONTOLÓGICO N° 5	UNIDADE	800		
212	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA - estrutura em aço, com um sistema pantográfico eletromecânico de elevação para até 200kg, base antiderrapante, estofamento em várias cores e encosto de cabeça biarticulável e anatômico. As funcionalidades variam entre os modelos Croma 1, 2, 3 e 4, mas geralmente incluem um braço rebatível, bacia removível e opções de equipo com mais ou menos terminais, podendo ter travamento pneumático, unidades de água e refletores LED integrados	UNIDADE	10		
213	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO PUSH BOTTON (COMPATÍVEL COM MARCA DENTFLEX)	UNIDADE	20		
214	COLOCADOR DE ELASTIQUE SIMPLES, EM AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	20		
215	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO 150 LITROS	UNIDADE	2		
216	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO 50 LITROS	UNIDADE	8		
217	CONTRA ÂNGULO BAIXA ROTAÇÃO (COMPATÍVEL COM MARCA DENTFLEX)	UNIDADE	20		
218	CURETA DE LUCAS N 85	UNIDADE	100		
219	CURETA GRACEY N 11-12	UNIDADE	45		
220	CURETA GRACEY N 1-2	UNIDADE	45		
221	CURETA GRACEY N 13-14	UNIDADE	45		
222	CURETA GRACEY N 3-4	UNIDADE	45		
223	CURETA GRACEY N 5-6	UNIDADE	45		
224	CURETA GRACEY N 7-8	UNIDADE	45		
225	CURETA GRACEY N 9-10	UNIDADE	45		
226	CURETA MCCALL N 13-14	UNIDADE	45		
227	CURETA MCCALL N 17-18	UNIDADE	45		
228	DESCOLADOR MOLT (SIMPLES)	UNIDADE	100		
229	Espátula Para Resina N° 1	UNIDADE	100		
230	ESPELHO ODONTOLÓGICO N° 5	UNIDADE	800		
231	FÓRCEPS 150	UNIDADE	45		
232	FÓRCEPS 151	UNIDADE	45		
233	FÓRCEPS 16	UNIDADE	45		
234	FÓRCEPS 17	UNIDADE	45		
235	FÓRCEPS 18 L	UNIDADE	45		
236	FÓRCEPS 18 R	UNIDADE	45		
237	FÓRCEPS 68	UNIDADE	45		
238	FÓRCEPS 69	UNIDADE	45		
239	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO 1250 mW/cm2	UNIDADE	10		

240	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 200	UNIDADE	10		
241	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 202	UNIDADE	10		
242	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 206	UNIDADE	10		
243	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 207	UNIDADE	10		
244	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 208	UNIDADE	10		
245	GRAMPO PARA ISOLAMENTO Nº 26	UNIDADE	10		
246	Kit Alavanca Seldin KIT COM 3 UNIDADES	KIT	100		
247	KIT CLINICO (EMBALAGEM COM ESPELHO COM CABO+ PINÇA CLÍNICA+ SONDA EXPLORADORA)	KIT	100		
248	LIMA PARA OSSO TIPO SCHLUGER	UNIDADE	50		
249	MACRO ESCOVA	UNIDADE	10		
250	MACRO MODELO ARCADA DENTARIA COM LINGUA	UNIDADE	10		
251	MACRO MODELO EVOLUÇÃO DA DOENÇA PERIODONTAL	UNIDADE	10		
252	MICROMOTOR BAIXA ROTAÇÃO (COMPATÍVEL COM MARCA DENTFLEX)	UNIDADE	20		
253	Mocho Sela Bipartido Ergonômico	UNIDADE	11		
254	PEÇA RETA PARA MICROMOTOR	UNIDADE	2		
255	PINÇA CLÍNICA PARA RETIRADA DE PONTOS	UNIDADE	500		
256	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY RETA EM AÇO INOX, TAMANHO 14CM	UNIDADE	20		
257	PINÇA PARA COLAGEM DE BRÁQUETE	UNIDADE	20		
258	PONTA ULTRASSÔNICA PERIO SUB	UNIDADE	50		
259	PONTA ULTRASSÔNICA PERIO SUPRA	UNIDADE	50		
260	KIT ALAVANCA HEIDBRINK COM 3 UNIDADES	KIT	10		
261	SELADORA ODONTOLÓGICA 30 CM	UNIDADE	10		
262	SERINGA CARPULE	UNIDADE	150		
263	TESOURA ÍRIS RETA	UNIDADE	100		
264	Ultrassom + Jato de Bicarbonato + PONTAS T1,T2,T3, T4	UNIDADE	10		
265	SENSOR DIGITAL DE RAIOS X ODONTOLÓGICO (COMPATÍVEL COM MARCA GNATUS)	UNIDADE	1		
Valor global do lote R\$ _____ (_____)					

## 7.2. Justificativa para a Divisão em Lotes:

7.2.1. Quanto à divisão técnica dos lotes os itens foram agrupados em Lotes em virtude guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a aquisição dos itens em questão, de modo a manter a competitividade necessária à disputa;

7.2.2. No objeto em tela caso fosse adotado o critério de julgamento por item geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a Secretaria de Saúde não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos;

7.2.3 No que diz respeito ao princípio da economicidade em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado, dessa forma na divisão por lote do objeto em tela há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

### 7.3 Justificativa do quantitativo:

7.3.1 O quantitativo estimado para a aquisição de materiais odontológicos de consumo e permanentes foi definido com base no levantamento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Santana do Cariri – CE, considerando a demanda dos atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), o histórico de consumo dos períodos anteriores e a previsão de atendimentos para o período de vigência da futura contratação.

7.3.2 No que se refere aos materiais odontológicos de consumo, os quantitativos foram estimados levando-se em consideração a média mensal de utilização nos consultórios odontológicos da rede municipal de saúde, bem como a necessidade de garantir o abastecimento contínuo desses insumos, visto que se tratam de itens utilizados rotineiramente na execução de procedimentos clínicos, preventivos e restauradores. Dessa forma, buscou-se estabelecer quantidades suficientes para suprir a demanda ao longo do período estimado da contratação, evitando a interrupção dos serviços por falta de materiais.

7.3.3 Além disso, foram considerados fatores como o número de equipes de saúde bucal em atividade no município, a frequência de atendimentos realizados, a ampliação das ações de promoção e prevenção em saúde bucal, bem como uma margem técnica de segurança para suprir eventuais variações na demanda ao longo do período. Quanto aos materiais permanentes, os quantitativos foram definidos com base na necessidade de reposição de equipamentos existentes, na manutenção da estrutura adequada dos consultórios odontológicos e na garantia do pleno funcionamento dos serviços prestados nas unidades de saúde.

7.3.4 Assim, os quantitativos estabelecidos buscam assegurar o adequado funcionamento dos serviços odontológicos da rede municipal de saúde, garantindo condições adequadas de trabalho aos profissionais e a continuidade da assistência em saúde bucal à população do Município de Santana do Cariri – CE, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento da administração pública.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1 A pesquisa de preços a ser realizada pelo setor e compras dessa municipalidade e observará o disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, bem como ao Anexo V do Decreto Municipal nº 0204001/2024 de 02 de abril de 2024.

8.2 O Levantamento será feito através de contratações semelhantes feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas, respeitados o período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

8.3 A estimativa preliminar de preço é mera expectativa de valor de contratação, que depende de pesquisa mercadologia ampla para confirmação, podendo sofrer variação de preço resultante da atividade econômica.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. Considerando todo o objeto a ser adquirido, considerando as peculiaridades dos mesmos, foi efetuado, a título de organização e melhor forma de contratação a divisão dos itens por grupo/lote, reconhecemos a necessidade da divisão, tendo em vista que o julgamento será o menor preço global por lote, agrupando os itens poderá existir

economia de escala, haja vista que a divisão em lote considerou a similitude entre os itens.

9.2. Como já mencionado acima, o critério adotado não exclui a concorrência, apenas prioriza agrupar por semelhança. Nestas condições, a Secretaria de Saúde com base nas demandas, definiu de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais.

9.3. Nesse sentido, os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido interesse público. Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas falecerem, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

9.4. Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo a Administração avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição. No presente caso, a Administração, lançando-se do poder discricionário que tem, permite que para o certame exista um vencedor para cada lote, contendo os itens agrupados. O agrupamento em grupo/lote, resulta em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os produtos licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento da secretaria.

9.5 A decisão de não parcelar o objeto desta licitação baseia-se ainda nos seguintes pontos:

a) Avaliação da Divisibilidade do Objeto: Verificou-se a divisão do objeto da licitação poderia implicar em prejuízos para sua funcionalidade e para os resultados pretendidos pela Secretaria de Saúde.

b) Viabilidade Técnica e Econômica: A análise demonstrou que a divisão do objeto não é técnica e economicamente viável. A qualidade, eficácia e os custos logísticos associados a gestão de múltiplos contratos seriam prejudiciais ao interesse público.

c) Economia de Escala: Foi identificado que o parcelamento aumentaria de forma desproporcional os custos unitários, superando os benefícios que a divisão poderia trazer.

d) Competitividade e Aproveitamento do Mercado: Embora o parcelamento possa contribuir para uma maior competitividade e participação de fornecedores de menor porte, neste caso específico, o impacto negativo sobre a economia de escala e a gestão logística tornariam o processo menos eficiente.

e) Decisão pelo Não Parcelamento: A decisão é justificada claramente pelo fato de que a divisão acarretaria prejuízos significativos, como aumento dos custos operacionais e impacto negativo na qualidade dos resultados pretendidos.

f) Análise do Mercado: O estudo do mercado reforça esta decisão, mostrando que as Práticas do setor econômico favorecem contratações mais amplas devido a requisitos específicos de qualidade, homogeneidade e escalas de produção.

9.6. Por fim, a decisão para o não parcelamento fundamentada em um estudo técnico detalhado assegura a completa transparência e adequação as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização da contratação dos itens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.



## 11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do município de Santana do Cariri-Ce.

11.2. A inclusão desta contratação no Plano de Contratações Anual foi definida com base na análise detalhada das necessidades das unidades gestoras, visando atender de maneira eficiente e estratégica as demandas municipais.

11.3. A inserção deste processo no Plano de Contratações Anual evidencia uma gestão por competências focada na maximização dos recursos e na otimização dos resultados pretendidos. Por meio deste alinhamento estratégico, a Prefeitura Municipal de Santana do Cariri assegura que as contratações realizadas contribuam de maneira efetiva para o atendimento das diretrizes de planejamento estratégico do município e das expectativas da população santanense.

## 12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço global máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento, e são fundamentados no alcance de objetivos estratégicos, conforme previsto pela Lei nº 14.133/2021. Estes incluem:

a) Maximização da Economicidade: Busca-se a otimização dos recursos públicos por meio da seleção da proposta mais vantajosa, não se restringindo ao menor preço, mas considerando o melhor custo-benefício.

b) Aumento da Eficiência: Almeja-se aprimorar a gestão de demandas da secretaria municipal de Saúde, assegurando agilidade no fornecimento dos insumos fundamentais para o funcionamento eficiente dos serviços públicos.

c) Ampliação da Competitividade e Justiça no Processo de Seleção: Conforme orientações do Art. 11, II, a administração pública deve assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, promovendo a justa competição. A transparência e a ampla

participação de fornecedores no certame favorecem a seleção de propostas que conciliam qualidade e preço justo.

d) Sustentabilidade: Em linha com o Art. 26 da Lei 14.133/2021 e os requisitos específicos de sustentabilidade ou de impacto ambiental para os insumos a serem adquiridos, espera-se que esta contratação contribua para o desenvolvimento nacional sustentável. A adoção de práticas e materiais ecologicamente corretos nas aquisições públicas reforça o compromisso com a preservação ambiental.

12.2 Estes resultados almejam não apenas o cumprimento dos requisitos legais e regulatórios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, mas também promovem uma gestão pública eficaz, transparente e responsável, alinhada as melhores práticas de governança e em pleno atendimento as necessidades da população servida.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1 As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das contratações. A Controladoria Geral do Município também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envoltos a relação contratual.

13.2 Para assegurar a eficiência e eficácia do processo de contratação são necessárias ainda as seguintes providências:

- a) Desenvolvimento do Termo de Referência: Elaborar um Termo de Referência com base nos requisitos estabelecidos no estudo técnico preliminar, que conterá todas as especificações técnicas e quantitativas do serviço a ser contratado, bem como critérios de aceitação e indicadores de qualidade.
- b) Publicação e Divulgação: Garantir a ampla publicidade do processo licitatório, utilizando todos os meios de divulgação disponíveis, em conformidade com o princípio da publicidade estabelecido pela Lei 14.133, para assegurar a participação de um número amplo de licitantes potenciais.

c) Homologação e Adjudicação: Assegurar que os procedimentos de homologação e adjudicação estejam em conformidade com os critérios de julgamento estabelecidos no edital, garantindo transparência e isonomia no tratamento dos licitantes.

d) Fiscalização da execução contratual, para assegurar que os serviços sejam prestados de acordo com o contratado, em termos de qualidade, prazos e especificações técnicas.

#### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

14.1 Consoante aos preceitos da Lei nº 14.133/2021, a aquisição em questão pode gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados à geração de resíduos e ao consumo de recursos. No entanto, tais impactos são considerados controláveis e de baixo impacto, desde que observadas as normas técnicas e legais vigentes.

14.2 Geração de Resíduos de Serviços de Saúde: Os atendimentos odontológicos geram resíduos potencialmente contaminados, como:

- a) luvas, máscaras, gases e algodão contaminados.
- b) agulhas, lâminas e materiais perfurocortantes.
- c) embalagens de materiais odontológicos.
- d) resíduos químicos (amálgama, reveladores radiográficos, desinfetantes).

14.3 Medidas Mitigadoras: Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, serão adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

- a) Segregação correta dos resíduos conforme classificação da ANVISA.
- b) Utilização de recipientes apropriados para perfurocortantes.
- c) Destinação final adequada por empresa licenciada ambientalmente.
- d) Treinamento dos profissionais sobre manejo seguro dos resíduos.

14.3.1 Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são mitigáveis e não comprometem o meio ambiente, desde que sejam rigorosamente observadas as medidas de controle e mitigação propostas, em conformidade com a legislação vigente.

#### **15. ANÁLISE DE RISCO**

15.1 Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco

identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências.

15.2 A seguir, são apresentados os principais riscos mapeados e as medidas previstas para sua prevenção ou mitigação:

**FASE DE CONTROLE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

<b>RISCO 01</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</b>			
<b>RISCO</b>	<b>CONTRATAÇÃO SEM O ADEQUADO PLANEJAMENTO</b>		
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Impugnações e pedidos de esclarecimento que gerem necessidade de adequação e atraso na conclusão do certame;</li> <li>✓ Desperdício de Recursos Público;</li> <li>✓ Conflitos das propostas com o que realmente se objetivava contratar face ausência de clareza.</li> </ul>		
<b>ANÁLISE DE RISCO</b>	<b>Probabilidade</b>	Baixa	
	<b>Impacto</b>	Alto	
	<b>Nível de Risco</b>	Alto	
<b>RESPOSTA AO RISCO</b>	<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar o conhecimento do Órgão Contratante, nos diversos setores implicados nos processos de contratação, através de capacitações, quanto à otimização da condução das atividades de planejamento, proporcionando, assim, que os atos prévios tenham como produto a adequação e devida atenção das demandas públicas, com processos de contratação sem intercorrências e vícios que possam gerar prejuízos de ordem técnica e econômica;</li> </ul>		Autoridade competente
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Não aprovar a realização de processos que não contenham os requisitos mínimos necessários para justificar e delimitar de modo adequado a demanda objeto da contratação.</li> </ul>		Autoridade competente

<b>RISCO 02</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</b>	
<b>RISCO</b>	<b>FALTA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</b>
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Impossibilidade de atender à necessidade que motivou a contratação;</li> </ul>



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
RESPOSTA AO RISCO	✓ Realizar estudo técnico preliminar que identifique todas as partes da solução necessária ao atendimento da necessidade que motivou a contratação;	Autoridade competente
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	✓ Readequar o plano de trabalho, submetendo-o para nova aprovação, com a redistribuição de parte dos recursos para os itens que foram subdimensionados, quando possível.	Autoridade competente

<b>RISCO 03</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</b>		
<b>RISCO</b>	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	✓ Atraso na contratação do objeto; ✓ Contratação Ineficiente; ✓ Desperdício de Recursos Públicos.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
RESPOSTA AO RISCO	✓ Elaborar estudos preliminares anteriores a elaboração do Termo de Referência; ✓ Elaborar Termo de Referência de acordo com as diretrizes da Lei.	Autoridade competente
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	✓ Readequar o Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes. ✓ Não aprovação do Termo de Referência devido de falhas.	Autoridade competente

**FASE DE CONTROLE: GESTÃO CONTRATUAL**

<b>RISCO 01</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</b>		
<b>RISCO</b>	ATRASSO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DO CONTRATO	
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	✓ Atraso na disponibilização da solução; ✓ Não cumprimento dos prazos acordados no plano de trabalho.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	✓ Acompanhar e exigir da contratada o início da execução do contrato, conforme estabelecido em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato.	Fiscal do Contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Readequar o plano de trabalho com relação ao cronograma estabelecido, submetendo-o para nova aprovação, quando possível; ✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.	Gestor do contrato/Ordenador do contrato

RISCO 02		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Falhas na comunicação entre as partes; ✓ Ausência de evidências das ocorrências do contrato; ✓ Retardo e falhas na execução do contrato.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	✓ Incluir no Termo de Referência o protocolo de comunicação entre contratante e contratada.	Autoridade competente Fiscal do Contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Estabelecer, de imediato, meios alternativos e eficazes de comunicação.	Fiscal do contrato

RISCO 03		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	INADIMPLÊNCIA FISCAL PELA CONTRATADA DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Atraso da realização do pagamento ao fornecedor; ✓ Comprometimento da execução contratual; ✓ Rescisão contratual.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



<b>RESPOSTA AO RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Prever, expressamente, no Termo de Referência a obrigatoriedade da regularidade fiscal, bem como as consequências de sua falta;</li><li>✓ Receber apenas nota fiscal/fatura com a devida comprovação da regularidade fiscal.</li></ul>	Autoridade competente Fiscal do Contrato
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Executar as providências revistas em Lei.</li></ul>	Autoridade competente

<b>RISCO 04</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</b>		
<b>RISCO</b>	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR PARTE DA CONTRATADA.	
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Comprometimento da execução contratual;</li><li>✓ Não disponibilização da solução desejada;</li><li>✓ Rescisão contratual.</li></ul>	
<b>ANÁLISE DE RISCO</b>	<b>Probabilidade</b>	Baixa
	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Nível de Risco</b>	Aceitação Intermediária
	<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>RESPOSTA AO RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Prever expressamente na Minuta do Contrato, as penalidades por descumprimento de cláusulas contratuais.</li></ul>	Autoridade competente
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.</li></ul>	Autoridade competente

<b>RISCO 05</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</b>		
<b>RISCO</b>	DESCONFORMIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO.	
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Não atendimento, parcial ou total, das necessidades da contratação;</li><li>✓ Rescisão contratual.</li></ul>	
<b>ANÁLISE DE RISCO</b>	<b>Probabilidade</b>	Baixa
	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Nível de Risco</b>	Aceitação Intermediária
	<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>RESPOSTA AO RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Prever no Termo de Referência e no Plano de Trabalho a descrição detalhada da solução;</li><li>✓ Acompanhar, de forma ativa e periódica, a execução contratual.</li></ul>	Autoridade competente. Fiscal do contrato
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Notificar formalmente a contratada para o atendimento adequado da execução contratual,</li></ul>	Gestor do Contrato

	<p>conforme previsto em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato;</p> <p>✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.</p>	
--	---	--

15.3 A gestão adequada dos riscos identificados contribuirá para o sucesso da contratação, assegurando a execução regular e eficiente da aquisição do objeto em comento com qualidade, economicidade e cumprimento das demandas em tempo oportuno.

## 16. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

16.1 Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, a participação de empresas na forma de consórcio em processos licitatórios é uma forma que, embora permitida sob determinadas condições, deve ser avaliada com cautela pela Administração Pública. Neste contexto, é importante destacar os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, elementos centrais para a argumentação contrária a participação de empresas em consórcio para o objeto demandado.

16.2. Em primeiro lugar no objeto em epígrafe, a restrição a participação de empresas na forma de consórcio é justificada pela necessidade de simplificação e agilidade no processo licitatório, conforme preconiza o princípio da eficiência, um dos pilares da Lei 14.133/2021. Trata-se, portanto, da busca por procedimentos licitatórios mais céleres, que se traduzam em economia de tempo e recursos para a Administração Pública. A presença de consórcios, por sua natureza, tende a complexificar as negociações, aumentar o tempo de análise das propostas e dificultar a gestão contratual, afetando potencialmente a eficiência do processo.

16.3 Além disso, visando assegurar a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, aspecto evidenciado pelo princípio da economicidade, a participação de consórcios pode representar um desafio adicional na negociação de condições mais favoráveis. Isso acontece em razão da complexidade adicional na

governança de tais arranjos empresariais, que podem levar a custos indiretos maiores, repercussão que tem potencial de influenciar a formação do preço fina da contratação.

16.4 No que tange ao princípio da competitividade, a admissão de consórcios poderia resultar em um número menor de agentes econômicos concorrentes no certame, limitando a ampla competição. Isto porque, ao formarem consórcios, empresas que poderiam competir individualmente no processo licitatório optam por unir forças, reduzindo assim a pluralidade de propostas e potencialmente limitando a variedade de soluções inovadoras e economicamente vantajosas para a Administração.

16.5. Por fim, é fundamental considerar que, para a seleção da proposta mais vantajosa, a administração precisa avaliar não apenas os aspectos econômicos, mas também a qualidade técnica, a viabilidade e a sustentabilidade das ofertas. Em um contexto de participação de consórcios, tal avaliação pode se tornar mais complexa, impactando diretamente a capacidade da Administração de fazer a melhor escolha possível em consonância com os objetivos pretendidos para a contratação.

16.6. Portanto, com base nos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e na busca pela proposta mais vantajosa, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, posiciona-se contra a participação de empresas na forma de consórcio para o processo em questão. Esta vedação visa assegurar a simplificação dos procedimentos licitatórios, promover maior competitividade, agilizar a etapa de seleção e negociação, além de facilitar a gestão contratual, garantindo assim a obtenção do melhor resultado para a Administração Pública.

## **17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1 Após uma análise detalhada dos aspectos técnicos, econômicos e legais envolvidos no processo de licitação para o objeto demandado, a fundamentação a seguir apresenta os principais elementos que corroboram esta posição favorável, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

17.2 A Justificativa da viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos

administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos itens. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável.

17.3 A legislação em vigor, especificamente em seu Artigo 6º, Inciso XX, que define a necessidade e os procedimentos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), e o Artigo 18, que discorre sobre a fase preparatória do processo licitatório, fornece a base legal para um processo de planejamento rigoroso e detalhado, visando a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, identificando as seguintes situações:

- a) Identificou-se claramente, conforme o Artigo 18, Inciso I, a necessidade da contratação do objeto demandado que são essenciais para o bom funcionamento dos serviços públicos nas unidades administrativas.
- b) Conforme o Artigo 18, Inciso IV, será realizado um orçamento estimado baseado em pesquisa de mercado, assegurando que os valores estejam em conformidade com o praticado, respeitando o princípio da economicidade e a garantia de execução dos recursos públicos com eficiência.
- c) A análise de viabilidade técnica e econômica, amparada pelo Artigo 18, §1º, incluiu um estudo metódico das quantidades a serem contratadas e da estimativa de valor, considerando a demanda atual e futura, garantindo assim a cobertura adequada pelo período previsto.
- d) O compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável, ratificado pelo Artigo 26, que orienta a preferência por bens manufaturados e serviços nacionais, além da consideração por práticas de sustentabilidade ambiental na escolha dos materiais, reflete a responsabilidade da Administração Pública em promover contratações que contribuam positivamente para o meio ambiente e para a sociedade.

18.4 Por todo o exposto, e com base na legislação aplicável **CONCLUI-SE** pela viabilidade e razoabilidade da contratação para os serviços especificados, dado que todos os procedimentos preparatórios e escolhas metodológicas estão em absoluta consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando assim adequação a legislação, justiça no procedimento licitatório, responsabilidade no uso dos recursos públicos e alinhamento com os interesses da sociedade e objetivos da Administração Pública.

Santana do Cariri/CE, 05 de setembro de 2025

---

Jair Khomeini Taveira Pereira  
Coordenador EPC  
Secretaria de Saúde

---

Adrião Bantim Nuvens Neto  
Membro EPC  
Secretaria de Saúde